

Nome/ACES	Data de início de contrato	Posicionamento remuneratório TRU		Júri do período experimental
		Posição/Nível	Remuneração €	
Elisabete Conceição Morais	15-09-2015	Entre a 1.ª e 2.ª/Entre 15 e 19	1.386,92	Presidente: M.ª Fátima Simões A. P. Penedo, Enfermeira da ARSLVT/ACES Loures Odívelas. 1.º Vogal Efetivo: Cristina Alexandra G. A. Brás, Enfermeira da ARSLVT/ACES Loures Odívelas. 2.º Vogal Efetivo: Ana Paula Perestrelo F. Martinho, Enfermeira da ARSLVT/ACES Loures Odívelas. 1.º Vogal suplente: M.ª Belém M. P. Oliveira, Enfermeira da ARSLVT/ACES Loures Odívelas. 2.º Vogal suplente: Sara C. F. Francisco, Enfermeira da ARSLVT/ACES Loures Odívelas.
Daniela Filipa Gomes Esteves	15-09-2015	1.ª/15	1.201,48	
Inês Alexandre Estrada Martins	15-09-2015	1.ª/15	1.201,48	Presidente: Deolinda Isabel Gomes Rosado, Enfermeira da ARSLVT/ACES Loures Odívelas. 1.º Vogal Efetivo: M.ª Belém M. P. Oliveira, Enfermeira da ARSLVT/ACES Loures Odívelas. 2.º Vogal Efetivo: Susette Garez B. onseca, Enfermeira da ARSLVT/ACES Loures Odívelas. 1.º Vogal suplente: Cristina Alexandra G. A. Brás, Enfermeira da ARSLVT/ACES Loures Odívelas. 2.º Vogal suplente: Helena Conceição F. Ataíde, Enfermeira da ARSLVT/ACES Loures Odívelas.
Fernanda Rosa Martins Anjo	15-09-2015	1.ª/15	1.201,48	Presidente: Deolinda Isabel Gomes Rosado, Enfermeira da ARSLVT/ACES Loures Odívelas. 1.º Vogal Efetivo: M.ª Belém M. P. Oliveira, Enfermeira da ARSLVT/ACES Loures Odívelas. 2.º Vogal Efetivo: Helena Isabel Mota, Enfermeira da ARSLVT/ACES Loures Odívelas. 1.º Vogal suplente: M.ª Fátima S. A. P. Penedo, Enfermeira da ARSLVT/ACES Loures Odívelas. 2.º Vogal suplente: M.ª Júlia L. Santos Vieira, Enfermeira da ARSLVT/ACES Loures Odívelas.
Alexandre Santos Oliveira	15-09-2015	1.ª/15	1.201,48	Presidente: Deolinda Isabel Gomes Rosado, Enfermeira da ARSLVT/ACES Loures Odívelas. 1.º Vogal Efetivo: M.ª Belém M. P. Oliveira, Enfermeira da ARSLVT/ACES Loures Odívelas. 2.º Vogal Efetivo: M.ª Fátima Afonso M. Ferreira, Enfermeira da ARSLVT/ACES Loures Odívelas. 1.º Vogal suplente: Cristina Alexandra G. A. Brás, Enfermeira da ARSLVT/ACES Loures Odívelas. 2.º Vogal suplente: Isabel M. M. N. Fonseca, Enfermeira da ARSLVT/ACES Loures Odívelas.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem duração de 90 dias, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro.

3 de fevereiro de 2017. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Nuno Venade*.

310544801

Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I. P.

Aviso n.º 7077/2017

Nos termos dos artigos 45.º a 51.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, declara-se que os trabalhadores abaixo indicados concluíram com sucesso o período experimental na carreira/categoria de Técnico Superior, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a atribuição das seguintes classificações, atribuídas e homologadas pelo Presidente do Conselho Diretivo.

Nome	Categoria	Classificação
António José Comprido Dias . .	Técnico Superior . . .	14,84
Arminda Conceição Cavaco Pica	Técnico Superior . . .	15,37
Elisa Alexandra Osório Albuquerque Vasconcelos Silva.	Técnico Superior . . .	15,77
Paulo Jorge Rodrigues Carvalho Abel Ramos.	Técnico Superior . . .	14,70

Nome	Categoria	Classificação
Paulo Alexandre Alves de Sá. . .	Técnico Superior . . .	14,90
Paula Cristina Agostinho Pereira Pedro.	Técnico Superior . . .	15,90
Rosa Maria Rodrigues Mourato Cândido.	Técnico Superior . . .	15,59
Solange Afonso Sousa Calado . . .	Técnico Superior . . .	16,31

1 de junho de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Carlos Liberato Baptista*.

310544989

PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso n.º 7078/2017

Por despacho de 02/06/2017 do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, é constituída a Comissão Consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal da Azambuja, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, sendo presidida pelo representante da

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e integrando um representante das seguintes entidades e serviços:

Câmara Municipal da Azambuja;
 Assembleia Municipal da Azambuja;
 Câmara Municipal de Alenquer;
 Câmara Municipal de Cadaval;
 Câmara Municipal de Cartaxo;
 Câmara Municipal de Rio Maior;
 Câmara Municipal de Santarém;
 Câmara Municipal de Vila Franca de Xira;
 Guarda Nacional Republicana;
 Autoridade Nacional de Proteção Civil;
 Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas;
 APA — Agência Portuguesa do Ambiente, IP;
 Direção-Geral de Energia e Geologia;
 IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação IP;
 Turismo de Portugal, IP;
 Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
 Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;
 Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP;
 Infraestruturas de Portugal, S. A.;
 ANACOM — Autoridade Nacional de Comunicações;
 Administração Regional de Saúde LVT;
 Direção-Geral do Património Cultural;
 EPAL, SA;
 Águas de Azambuja, S. A.

O presente despacho revoga o de 22 de janeiro de 2009, publicado pelo Aviso (extrato) n.º 2793/2009, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 22 de 2 de fevereiro de 2009.

5 de junho de 2017. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, *João Pereira Teixeira*.

310550885

ECONOMIA

Instituto Português da Qualidade, I. P.

Despacho n.º 5598/2017

Certificado de reconhecimento de qualificação de instalador de dispositivos limitadores de velocidade n.º 101.99.17.6.12

Ao abrigo do artigo 21.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 46/2005, de 23 de fevereiro, e nos termos das disposições da Portaria n.º 279/95, de 7 de abril, é reconhecida a qualificação à empresa:

Krautli Portugal, L.^{da}
 Parque Marinhas de D. Ana, Armazém 4
 2629-001 Póvoa de Santa Iria

na qualidade de instalador de dispositivos limitadores de velocidade, estando autorizada a colocar a marca própria, em anexo, nos locais previstos nos respetivos esquemas de selagem.

O presente reconhecimento de qualificação é válido por um ano, renovável após prévia auditoria.

É revogado o certificado de reconhecimento de qualificação de instalador de dispositivos limitadores de velocidade n.º 101.99.96.6.132, da empresa Krautli Portugal — Equipamentos para Veículos, L.^{da}, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 193, de 1996-08-21.

2017-06-02. — O Presidente do Conselho Diretivo, *António Mira dos Santos*.



310548188

Despacho n.º 5599/2017

Certificado de reconhecimento de qualificação de instalador e reparador de tacógrafos n.º 101.25.17.6.11

Ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de setembro, e do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 272/89, de 19 de agosto, e para os efeitos do n.º 18 da Portaria n.º 625/86, de 25 de outubro, nos termos do n.º 3 da Portaria n.º 962/90, de 9 de outubro, e das disposições da Portaria n.º 299/86, de 20 de junho, é reconhecida a qualificação à empresa:

Krautli Portugal, L.^{da}
 Parque Marinhas de D. Ana, Armazém 4
 2629-001 Póvoa de Santa Iria

na qualidade de instalador e reparador de tacógrafos homologados de acordo com o Regulamento (EU) n.º 165/2014, de 4 de fevereiro, estando autorizada a realizar a 1.ª e a 2.ª Fases da Primeira Verificação e a Verificação Periódica Bienal e a colocar a respetiva marca própria, abaixo indicada, e os símbolos do controlo metrológico, nos locais de selagem.

O presente reconhecimento de qualificação é válido por um ano, renovável após prévia auditoria.

É revogado o certificado de reconhecimento de qualificação de instalador de tacógrafos n.º 101.25.93.6.014, da empresa Krautli Portugal — Equipamentos para Veículos, L.^{da}, publicado no *Diário da República*, III.ª série, n.º 105, de 1993-05-06.

2017-06-02. — O Presidente do Conselho Diretivo, *António Mira dos Santos*.



310548082

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Direção-Geral de Alimentação e Veterinária

Despacho n.º 5600/2017

Nos termos do n.º 8 do art.º 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação conferida pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto e 128/2015, de 3 de setembro, nomeio em comissão de serviço pelo período de três anos, após procedimento concursal, para o cargo de direção intermédia de 2.º grau correspondente a Chefe de Divisão de Controlo da Cadeia Alimentar, do mapa de pessoal dirigente da Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), a licenciada Maria Manuel Ferreira Alves Pereira Mendes.

A escolha efetuada nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da legislação supramencionada, recaiu na técnica superior Maria Manuel Ferreira Alves Pereira Mendes, por apresentar um *curriculum vitae* adequado à função que, dá garantia de eficácia e eficiência na prossecução da atividade nas diversas de atuação e competências da DGAV, para além de demonstrar elevada motivação, capacidade de liderança e espírito de iniciativa, bem como pelos conhecimentos demonstrados e domínio das matérias.

O presente despacho produz efeitos a 2 de maio de 2017.

2 de junho de 2017. — O Diretor-Geral, *Fernando Manuel d'Almeida Bernardo*.